

Nem que a vaca tussa vão mexer nos nossos direitos!

Governos adotam medidas impopulares e de retrocesso Movimento sindical se mobiliza contra

Entre o final do ano passado e o início deste ano, os governos federal e estadual impuseram medidas impopulares que mexeram em avanços sociais e direitos previdenciários, trabalhistas e sociais. Mais uma vez, é a classe trabalhadora mais pobre quem paga o pato. Diante do retrocesso, a CUT e outras centrais sindicais, com a ajuda de alguns movimentos sociais, iniciou uma mobilização para impedir os retrocessos.

Embora digam estar abertos ao diálogo e à negociação, os Governos Dilma e Sartori mantiveram as medidas impopulares. Agora a luta continua nas ruas e junto aos poderes Executivo e Legislativo. O objetivo do movimento sindical é impedir que principalmente as medidas que ajustam os direitos previdenciários sejam aprovadas. A luta continua!

Veja mais informações nas páginas 2 e 3 deste jornal



Todos na assembleia geral

O futuro da categoria metalúrgica está em nossas mãos. Em abril, entre os dias 14 e 17, em São Paulo, será realizado o 9º Congresso Nacional dos Metalúrgicos. O objetivo é discutir e tirar resoluções sobre temas como a organização sindical, a política industrial e o trabalho decente. Sob o slogan "Construindo um modelo de desenvolvimento para o país", metalúrgicos do Brasil inteiro vão avaliar as conjunturas, discutir o temário proposto, avaliar a atual direção da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) e eleger nova direção da entidade para o triênio 2015-2018.

Para definir quais serão os delegados de nossa base metalúrgica (Canoas e Nova Santa Rita) e avaliar o texto-base do 9º Congresso, que está disponível no site da CNM/CUT (www.cnmcut.org.br), o Sindicato dos Metalúrgicos promove no dia 23 de fevereiro, segunda-feira, às 18h30min, uma assembleia geral na sede da entidade. Todos estão convocados! Participe!

ASSEMBLEIA GERAL

DOS TRABALHADORES/AS METALÚRGICOS/AS DE CANOAS E NOVA SANTA RITA

Dia 23 de fevereiro, segunda-feira, às 18h30min, na sede do Sindicato

PAUTA:

➔ Definir os delegados representantes de nosso sindicato no 9º Congresso Nacional dos Metalúrgicos

COLÔNIA DE FÉRIAS

Encerramento da Bocha no sindicato

A direção do sindicato comunica que o encerramento dos torneios de bocha da Colônia de Férias deste veraneio será realizado na cancha da sede, situada no andar de cima do ginásio de esportes, nos dias 5 e 6 de março, quinta e sexta-feira, à noite.

365 dias à disposição de todos

Entre os meses de dezembro e março, ocorre a alta temporada na Colônia de Férias. O que muitos usuários não sabem é que o local também fica aberto e à disposição de associados e dependentes durante o restante do ano, com taxas ainda mais em conta e possibilidade de estender a estadia para mais de uma semana. São 365 dias de muito lazer, descanso e integração!

Mais informações sobre a bocha e a estadia na colônia de férias podem ser obtidas pelo fone 0800.6024955 (ligação gratuita).



MOBILIZAÇÕES

Governo federal mexe em direitos previdenciários e movimento sindical protesta

A fim de combater fraudes e cortar R\$ 18 bilhões nas despesas da União, parte do ajuste fiscal necessário para atingir um superávit primário de 1,2% do PIB, o governo federal editou duas medidas provisórias (664 e 665) que dificultam o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, à pensão por morte, ao auxílio-doença e ao seguro-defeso pago aos pescadores no período de proibição da sua atividade.

O governo também vetou a correção de 6,5% na tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas, mantendo o reajuste antes firmado de 4,5%, inserindo mais assalariados de baixa renda na lista de pagadores. Por fim, anunciou medidas de aumento de tributos para reforçar a arrecadação e facilitar a retomada do crescimento, como o retorno da Cide e a elevação do PIS e Cofins sobre os combustíveis, encarecendo principalmente a gasolina, o etanol e o diesel.

Embora lideranças tenham dito que o governo recuaria em alguns pontos, o novo ministro da Economia, Joaquim Levy, manteve as duas medidas provisórias e não deu sinais de que consideraria as propostas do movimento sindical, que é taxar as grandes fortunas e combater a alta rotatividade de emprego do país. "O pacote do Levy corrige muito pouco as fraudes e os desvios, e atinge em cheio os mais frágeis. Dificulta o acesso aos benefícios principalmente para os mais jovens, os menos especializados e os pior remunerados, mais sujeitos à rotatividade", afirmou a dirigente da CUT, Carmem Foro.

Por este motivo, a CUT e outras centrais se mobilizaram em nível nacional para denunciar e protestar contra



as medidas. No dia 28 de janeiro, organizaram em todo o país o Dia Nacional de Luta em defesa dos Empregos e dos Direitos. Aqui na região, a mobilização foi realizada em frente ao prédio do Ministério do Trabalho, reunindo cerca de dois mil manifestantes de várias categorias, inclusive metalúrgicos. Na ocasião, um documento foi entregue ao Superintendente Regional do Trabalho contendo as reivindicações da classe trabalhadora gaúcha.

Agora o movimento sindical vai fazer pressão no Congresso Nacional para derrubar as medidas provisórias e realizar uma grande marcha em Brasília, no próximo dia 26 de fevereiro, para pressionar o governo e os parlamentares. A luta continua!

EDITORIAL

ALVO ERRADO

Por pressão do mercado, Dilma trocou a equipe econômica. No lugar de Guido Mantega, colocou Joaquim Levy, o preferido dos setores conservadores, entre os quais os banqueiros e os grandes meios de comunicação.

Outro colaborador do governo FHC, Levy seria o "salvador da pátria" da economia brasileira. De cara, anunciou medidas econômicas para garantir o superávit fiscal e acalmar investidores e parceiros nacionais e internacionais. Até aí, tudo bem. O problema foi o alvo. Em vez de direcionar sua artilharia contra os ricos, direcionou contra os pobres.

Em vez de taxar as grandes fortunas dos endinheirados empresários, banqueiros, latifundiários e donos de grandes corporações midiáticas, elevou os tributos dos combustíveis, elevando o preço da gasolina e, em efeito dominó, o preço de outros produtos essenciais que vão elevar a inflação. Vai doer no do pobre.

Em vez de combater a alta rotatividade de uma conjuntura de quase pleno emprego, resolveu combater supostos fraudadores de benefícios previdenciários anunciando medidas que reduzem estes benefícios. Ninguém dos bandidos que fraudam foi preso. Mas milhões de trabalhadores vítimas da alta rotatividade ficarão com uma mão na frente e outra atrás quando forem demitidos. Ou seja, mais uma vez vai doer no do pobre.

As centrais sindicais, dentre as quais a CUT, são contra essas medidas e, no dia 28 de janeiro, mobilizaram milhares de trabalhadores para protestar no movimento apelidado de "Nem que a vaca tussa vão mexer nos nossos direitos". O alvo certo era Joaquim Levy que, cinco dias antes, no Fórum Econômico Mundial, disse que o atual modelo de auxílio-desemprego do país está "completamente ultrapassado" e defendeu a necessidade de "livrar-se de subsídios e ajustar os preços" como providências imediatas de sua política fiscal. Um balde de água fria na possibilidade de o governo desistir de mexer nos direitos previdenciários.

Hoje a luta continua e o foco é pressionar os deputados e senadores a rejeitar as medidas provisórias, já que o governo, embora diga querer dialogar, não pretende voltar atrás.

P.S.: Alta rotatividade significa que as pessoas não estão ficando muito tempo no emprego porque o patrão demite quem ganha mais pra contratar outro trabalhador disposto a ganhar menos, pra reduzir custos com folha de pagamento e compensar os reajustes das negociações salariais. O alvo certo não é o trabalhador. É o patrão. A medida certa não é mexer nos direitos e, sim, fiscalizar, processar e prender fraudadores, assinar a Convenção 158 da OIT, que combate as demissões imotivadas. O alvo certo é atacar as causas e não as consequências.

Querem mexer com meus direitos?



#NemQueaVacaTussa!
Abaixo as MPs 664 e 665

RESUMO DO PACOTE "LEVYANO"

SEGURO-DESEMPREGO

COMO É: Carência de seis meses de trabalho

COMO FICA: Carência de 18 meses na 1ª solicitação, 12 meses na 2ª e seis meses a partir da 3ª

PENSÃO POR MORTE

COMO É: Não há prazo mínimo de casamento

COMO FICA: O falecido deve ter 24 meses de contribuição previdenciária, será exigido tempo mínimo de casamento ou união estável de 24 meses, o valor do benefício varia de acordo com o número de dependentes e o prazo de pagamento muda de acordo com a idade. Em alguns casos o valor será vitalício. Em outros, vai depender da expectativa de sobrevivência do titular da pensão

AUXÍLIO-DOENÇA

COMO É: O benefício é de 91% do salário do segurado, limitado ao valor teto do INSS, e as empresas arcam com o custo de 15 dias de salário antes do INSS

COMO FICA: O teto será a média das últimas 12 contribuições e as empresas vão arcar com o custo de 30 dias de salário. As que tiverem serviço médico próprio ou conveniado, ficarão responsáveis pela perícia médica

ABONO SALARIAL

COMO É: Equivale a um salário mínimo vigente. Para receber, o/a trabalhador/a é obrigado a exercer atividade remunerada por, no mínimo, 30 dias no ano e recebido até dois salários mínimos

COMO FICA: Haverá carência de seis meses consecutivos de trabalho e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado

SEGURO DEFESO

COMO É: Este seguro-desemprego vale para pescadores artesanais, que recebem um salário mínimo durante os meses em que é proibida a pesca, medida necessária para garantir a reprodução das espécies

COMO FICA: Vale só para quem exerce exclusivamente a atividade de pesca por, no mínimo, três anos e comprove a comercialização do pescado. O profissional não poderá acumular outros benefícios sociais, como o auxílio-doença e o bolsa-família

MULHER

Encontro vai debater saúde e direitos das mulheres

O coletivo de mulheres dirigentes do nosso sindicato promove no dia 14 de março, sábado, a partir das 8h, um encontro regional na sede da entidade para debater a saúde, os direitos e a realidade das mulheres trabalhadoras, entre outras questões. O encontro faz parte da programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente no dia 8 de março, e deve se estender até o turno da tarde, após o almoço, com atividades culturais e de integração.

O objetivo, segundo as coordenadoras, além de formar e conscientizar as mulheres sobre sua realidade, é integrar e fortalecer a luta das

mulheres contra o machismo, a discriminação, o preconceito e os assédios moral e sexual enfrentados por elas no trabalho, na rua e em suas próprias casas.

A programação completa, o temário e os painelistas convidados serão anunciados em breve no site www.sindimetalcanoas.org.br e na página da entidade no Facebook. Todas as companheiras da base metalúrgica de Canoas e NSRita estão convidadas para participar, assim como mulheres não envolvidas diretamente com o Sindicato. A entrada é gratuita e as interessadas devem confirmar participação por meio do fone 0800.6024955 (ligação gratuita).

MOBILIZAÇÕES

No RS, Governo Sartori impõe retrocesso social

Aqui no Estado, o novo governador José Ivo Sartori – que na campanha dizia que os professores deveriam buscar piso na Tumelero – fez uma série de trapalhadas: anunciou vários secretários que não conhecem as áreas que vão dirigir; sem conhecer as contas do Estado disse que o salários dos servidores – que nunca atrasou nos últimos quatro anos – iria atrasar; anunciou a extinção de importantes secretarias de inclusão social, como a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Secretaria da Economia Solidária e de Apoio à Micro e Pequena Empresas, sem que isso traga economia aos cofres públicos; mandou suspender a nomeação de aprovados em concursos e contratação de servidores; anunciou o calote de 180 dias no pagamento de fornecedores; sancionou o projeto que reajustava seu próprio salário em percentual bem acima da inflação; suspendeu o pagamento das consultas aos médicos do IPE; mandou extinguir o atendimento aeromédico; mandou cortar o número de policiais nas estradas e praias gaúchas; mandou suspender o edital de produção audiovisual da TVE; entre outras trapalhadas. Ufa! Tudo isso em menos de um mês!

A pressão popular e a repercussão negativa de algumas medidas fizeram o novo governador voltar atrás em alguns itens, como o reajuste do próprio salário e a extinção do atendimento aeromédico (manteve a redução

da equipe).

Pra piorar o caldo do retrocesso e deixar claro que pretende desmontar o Estado, o novo governo já fala em reduzir ou eliminar alguns órgãos importantes, como o Badesul, a Corag, a FEE e a Uergs.

O início tumultuado, rapidamente deixou o governo refém do apoio da mídia, particularmente do Grupo RBS. Há uma enorme operação de blindagem, recheada de editoriais e colunas elogiosas, para criar uma cortina de fumaça e esconder as trapalhadas do governo.

O movimento sindical está de olho e vai lutar para que Sartori, em vez de acabar com o Estado, passe a governá-lo de fato, e, em vez de impor retrocessos, encontre saídas para avançar na condução do RS.



QUASE MAIORIDADE

Projeto de redução da jornada completa 20 anos

Todos os anos, centrais e entidades sindicais levantam a bandeira da redução da jornada de trabalho, principalmente durante as campanhas salariais.

Na mesa de negociações, os patrões desconsideram a reivindicação dizendo tratar-se de tema a ser debatido e decidido no Congresso Nacional, embora algumas grandes categorias – como os metalúrgicos do ABC paulista – tenham conquistado a redução por meio de negociação coletiva. E, no poder legislativo, a proposta não anda porque falta acordo para inclusão do principal projeto na pauta do plenário, a PEC 231/95, que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais em todo o país. Contraditoriamente, os deputados que representam os patrões no Congresso Nacional dizem que a Constituição já permite a redução da jornada por meio da negociação coletiva, não havendo necessidade da mudança. Além disso, segundo eles, a medida seria prejudicial para micros e pequenas empresas, que não teriam como arcar com o aumento de custos em razão da redução. Assim, há exatos 20 anos, embora tenha sido aprovada pelas comissões da Câmara Federal, a proposta mofa nas gavetas da casa.

Segundo o Dieese, uma redução de 4 horas na jornada criaria cerca de 3 milhões de novos empregos e aumentaria apenas 1,99% os custos totais das empresas. “Já está provado que a redução da jornada de trabalho não traz prejuízo para os empresários”, sustenta o deputado federal e ex-metalúrgico Vicentinho (PT-SP). Segundo ele, quando ocorreu a última redução por meio da promulgação da Constituição de 1988 - de 48 para 44 horas – as empresas cresceram 113% nos 10 anos seguintes. Além do mais, a Convenção 47 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, recomenda as 40 horas semanais como carga horária adequada para a classe trabalhadora.

A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, combinada com mecanismos que diminuam a carga e o ritmo de trabalho, tende a trazer benefícios para os trabalhadores e para a sociedade. Além da criação de mais empregos, haveria uma substancial diminuição do número de doenças causadas pelo excesso de trabalho nas longas jornadas. Os trabalhadores trabalhariam mais e melhor, com mais produtividade e mais eficiência. Infelizmente, não é o que a atrasada classe patronal brasileira pensa.

JURÍDICO INFORMA

Trabalhador deve ficar atento às mudanças em benefícios da Previdência Social

No dia 30 de dezembro de 2014, o Governo Federal publicou a Medida Provisória (MP) 664, que altera algumas regras dos benefícios da previdência social, dispostos na Lei nº 8.213/91. O advogado João Lucas de Mattos, do escritório Woida, Magnago, Skrebsky, Colla & Advogados Associados, esclarece as mudanças que vieram com a MP.

Entre as alterações, estão mudanças nas regras de concessão de auxílio doença e pensão por morte. “A partir desta medida, a pensão por morte passa a ter carência de 24 meses, ou seja, o trabalhador deverá ter dois anos de contribuição mensal para que o benefício possa ser concedido, período inexistente na regra antiga”, explicou o advogado.

A pensão por morte também sofreu outras alterações. João Lucas de Mattos explicou que, a partir da MP, agora é exigido que o companheiro (a) ou cônjuge possua no mínimo dois anos de união para o benefício ser concedido.

O valor da pensão também foi alterado. “Agora, em vez de 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia, o beneficiário receberá, com a alteração, 50% desta quantia, acrescido de 10% do montante para cada dependente”, afirmou o advogado. O tempo de duração da pensão por morte será calculado levando em conta a expectativa de

sobrevida do titular da pensão. Este período varia de 3 a 15 anos e, em alguns casos, a pensão pode ser vitalícia, desde que a expectativa seja menor ou igual a 35 anos.

A MP 664 também faz alterações nas regras de concessão do auxílio-doença. Prevê que o valor do benefício não poderá exceder a média dos últimos 12 salários de contribuição e altera os prazos para a concessão do benefício. “Diferentemente da regra antiga, onde o trabalhador deveria ter 15 dias de atestado para solicitar o auxílio-doença junto à previdência, a alteração determina que o segurado deverá ter pelo menos 30 dias de afastamento das atividades para pedir o benefício”, explicou Mattos. Durante esses primeiros 30 dias, caberá à empresa pagar ao segurado o seu salário integral. A MP também autoriza que as empresas realizem perícia médica, desde que dispunham de serviço médico próprio ou em convênio. “O segurado só deverá ser encaminhado à perícia médica da Previdência Social caso o período de incapacidade ultrapasse 30 dias”, completou o advogado.

As regras referentes ao cálculo do valor da pensão e à realização de perícia passaram a valer desde a publicação da Medida Provisória, em 30 de dezembro de 2014. As demais alterações irão vigorar a partir de 1º de março deste ano.

Salário Mínimo de 2015 será de R\$ 788,00

Desde 1º de janeiro de 2015, conforme decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União em 30/12/2014, o salário mínimo vale R\$ 788,00. O reajuste representa 8,84% sobre os R\$ 724,00 do mínimo de 2014 e corresponde à variação do Produto Interno bruto (PIB) em 2013 de 2,5%, mais à variação anual do INPC, calculado pelo IBGE em 2014.

O novo valor atendeu às regras da política de valorização de longo prazo do salário mínimo, definida na Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Por meio desta lei, o salário mínimo nacional acumula um ganho real (aumento sem a inflação) de 76,62% desde o início do primeiro mandato do Governo Lula.

Mais informações sobre salários na página 4



Indicadores Salariais

Salário Mínimo Nacional: R\$ 788,00

Piso Regional do RS: R\$ 943,98

Pisos salariais

Metalúrgicos / Máquinas Agrícolas: R\$ 1.034,00 a partir de 1º de fevereiro

Reparação de Veículos: R\$ 1.016,40 (piso normativo)
R\$ 908,60 (para aprendiz e borracheiro)

Perda inflacionária - INPC/IBGE
Maio/2014 a Dezembro/2014: 3,23%

Adicional de Insalubridade
Grau Médio / 20% do SM: R\$ 157,60
Grau Máximo / 40% do SM: R\$ 315,20

SALÁRIOS

Metalúrgicos têm mais um reajuste salarial

Na mais longa campanha salarial dos últimos anos, nossa base metalúrgica lutou e conquistou no ano passado um bom reajuste salarial que repôs as perdas inflacionárias e garantiu um aumento real: 8%, sendo 6% retroativos a maio/2014 e 2% em novembro/2014.

Além disso, durante o fechamento da Convenção Coletiva, a nossa categoria conquistou dois importantes reajustes para o piso salarial. A partir de novembro/14, o piso teve um reajuste de 8,93% (acima

da inflação) sobre maio/2013, passando a valer R\$ 990,00. E agora, a partir de 1º de fevereiro/15, mais 4,44% (ou 13,77% sobre maio/13), passando a valer R\$ 1.034,00.

Segundo avaliação, entre todas as bases metalúrgicas do Estado, a de Canoas e Nova Santa Rita foi a que teve um dos melhores reajustes, consequência da luta firme de nosso sindicato pela valorização salarial da categoria.



Mobilizações foram fundamentais para a conquista

Reajuste do piso regional é temporariamente suspenso

Em novembro de 2014, a CUT e outras centrais iniciaram uma campanha pelo reajuste de 16% no piso regional do RS. O reajuste recuperaria a totalidade das perdas acumuladas durante os governos de Rigotto e Yeda, alcançando o valor original, relativo a 1,28 salário mínimo nacional, meta prometida por Tarso Genro em 2010. O governador apresentou o projeto a tempo de os deputados estaduais avaliarem e votarem o novo reajuste antes do recesso. Em seguida, antes de entregar o cargo ao novo governador, sancionou o reajuste (foto ao lado, com o presidente da CUT-RS, Cláudio Nespolo). As novas cinco faixas do piso regional entrariam em vigor a partir de 1º de fevereiro, mas foram suspensas temporariamente pela Justiça do RS.

Infelizmente, pouco antes do final de 2014, a Fecomércio, entidade dos patrões do comércio, conseguiu no Tribunal de Justiça do RS uma liminar para suspender o aumento sancionado. Como justificativa, a instituição argumenta que o reajuste traz consequências danosas à empregabilidade no



Tarso assinou reajuste de 16%

Estado e que a legislação em vigor impede reajustes no segundo semestre de ano eleitoral e em fim de mandato de governador.

Agora a CUT e outras centrais, junto com as federações dos principais ramos profissionais (trabalhadores metalúrgicos, comerciários, da alimentação e da construção civil, entre outros) pretendem pressionar as instituições dos poderes Executivo e Judiciário e derrubar a liminar por meio de ações judiciais individuais. Uma decisão é esperada para março.



Reajuste de 6,23% inclui 177 mil aposentados na lista do mínimo

Os segurados da Previdência Social que recebem acima do salário mínimo terão o benefício reajustado em 6,23%, que é o INPC acumulado de 2014.

Como o governo federal respeitou as regras da política de valorização de longo prazo do salário mínimo, definida na Lei 12.382, de 25/02/2011, concedendo reajuste de 8,84% ao mínimo nacional (INPC de 2014 + variação do PIB de 2013),

cerca de 177 mil aposentados no Brasil deixam de ter o benefício acima do mínimo e passam a fazer parte da lista dos que ganham benefícios de apenas um salário mínimo.

“Nosso sindicato luta para que os efeitos da Lei 12.382 sejam estendidos aos aposentados que ganham benefícios acima do salário mínimo. Se o trabalhador contribuiu uma vida toda por salários acima do mínimo, nada mais justo que, na aposentadoria, permaneça ganhando benefícios acima do mínimo”, disse o presidente Paulo Chitolina.

FÁBRICAS

AGCO Assembleia geral esclarece sobre processo de insalubridade

O Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita promoveu, no último dia 3, assembleia geral dos trabalhadores e trabalhadoras da AGCO para esclarecer detalhes sobre o processo de insalubridade que tramita normalmente no poder Judiciário sob o número nº 0020294-53.2013.5.04.0205 e que pode ser acessado no portal de internet do TRT4 – Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (www.trt4.jus.br).

A realização da assembleia geral foi necessária porque pessoas que fazem o jogo patronal de jogar os trabalhadores

contra o sindicato espalharam boatos mentirosos dizendo que a ação coletiva inexistia ou havia sido retirada. “Ficou claro que estas pessoas estavam mentindo, enganando e engambelando seus próprios companheiros de fábrica”, disse Silvio Bica, vice-presidente do sindicato e funcionário da Agco.

Ainda que a situação tenha sido esclarecida, a direção do sindicato e a assessoria jurídica colocam-se à disposição de todos os trabalhadores/as da Agco para tirar dúvidas e mostrar o andamento do processo.

MAXIFORJA Dirigentes sindicais prevêem dificuldades no ano

Os dirigentes sindicais da Maxiforja, de olho nos avanços necessários para melhorar a vida e as condições de trabalho dos companheiros da fábrica, entre os quais a PLR – Participação nos Lucros e/ou Resultados (que o patrão de lá chama de PMR – Programa Maxi Resultados), fizeram uma análise da conjuntura e, embora otimistas quanto a futuros resultados, avaliam que 2015 será um ano de dificuldades. Este, aliás, é o motivo pelo qual conclamam os colegas a se sindicalizar e serem mais participativos nas lutas, não só na Maxiforja, como também em outras empresas da categoria.

Gilmar Kenne de Jesus, um dos integrantes da comissão da PMR de 2014, lembra que foram feitas várias reuniões até que as duas partes - trabalhadores e empresa – chegassem a um bom acordo. A proposta foi votada e aprovada, garantindo uma PMR de 92,52% do salário base de cada trabalhador e um bônus de R\$ 750,00 pelas metas atingidas. “Mas isso só foi possível porque tivemos o apoio de 95% dos companheiros da fábrica. Esse apoio será muito importante de novo em 2015”.

O dirigente sindical Ederson dos Santos também prevê um ano de dificuldades e, portanto, de muita luta. “Há uma crise mundial que a mídia tenta nos induzir a crer que é só no Brasil. Estamos acompanhando a conjuntura e sabemos muito bem o que está acontecendo ao

nosso redor. Por isso, na hora de negociar novamente, vamos saber que caminho seguir”, argumentou.

Por fim, para o dirigente sindical Leandro Freitas, apesar do ano que passou não ter sido um dos melhores por causa da longa campanha salarial, eleições, copa do mundo, a Maxiforja distribuiu para aqueles a quem chama de “colaboradores” uma participação de resultados minimamente satisfatória, mas concorda que 2015 será um ano complicado. “Sabemos desde já das dificuldades que estão por vir”, diz. Para ele, os sócios e os que ainda não fazem parte do quadro de associados do sindicato devem estar atentos quanto à importância e legitimidade da luta. “Só com a compreensão de todos e somente juntos e muito unidos, vamos conquistar avanços. Por isso, é muito importante a sindicalização do maior número de companheiros”, avalia.

Entre os desafios para 2015, os dirigentes sindicais citam a luta na Maxiforja por uma política de cargos e salários justa, melhorias na alimentação, diminuição das doenças ocupacionais causadas pelo ritmo intenso de trabalho, PMR com metas e conquistas justas e satisfatórias para todos, maior atuação na luta com os cipeiros e oposição aos traidores que vão na Justiça do Trabalho testemunhar contra os companheiros da fábrica.

EXPEDIENTE

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC

Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: stimmec@terra.com.br - Facebook: [/sindicatometalurgicodecanoas](https://www.facebook.com/sindicatometalurgicodecanoas) - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Silvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. nº 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.